



NÚCLEO DE DIREITOS INDÍGENAS

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL  
Data 1/1/1  
Cod. GID00168

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MILTON LUIZ PEREIRA  
DIGNÍSSIMO RELATOR DO CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 5.008-9

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
30 JUN 17 18 33 076275  
SUBSECRETARIA DE REGISTRO  
E INFORMAÇÕES PROCESSUAIS

A COMUNIDADE INDÍGENA DE SETE CERROS,

grupo Guarani-kaiowá e Nandeva, com legitimidade para ingressar em Juízo garantida pelo Art. 232 da Constituição Federal, representada segundo seus usos, costumes e tradições por LUCIANO VALIENTE, portador da carteira de identidade da FUNAI nº 20769, expedida em Campo Grande (MS), e SILVARIANA MARTINS, portadora da carteira de identidade da FUNAI nº 6546, também expedida pela FUNAI em Campo Grande (MS), ambos brasileiros, casados, residentes e domiciliados na Área Indígena Sete Cerros, município de Coronel Sapucaia, Mato Grosso do Sul, por seus advogados abaixo assinados (instrumento público de mandato e substabelecimento inclusos - Docs. 1 e 2), nos autos do Conflito de Competência em epígrafe, vem, com fundamento nos Arts. 46 e seguintes do Código de Processo Civil, e nos termos dos Arts. 231 e seguintes da Constituição Federal, da Lei 6.001 de 19/12/73 (Estatuto do Índio) e outros dispositivos legais pertinentes, expor e ao final requerer o que se segue:

SCS, Q. 06, BL. A, Ed. José Severo sala 303 Cep 70300 Brasília DF  
telefone (061) 226-3360 fax (61) 224-0261



NÚCLEO DE DIREITOS INDÍGENAS

## I - BREVE RETROSPECTIVA

Os fatos postos em Juízo melhor se elucidam com uma breve retrospectiva deixada à margem por completo pela Suscitante do presente Conflito de Competência, mas que é imprescindível para o deslinde dessa questão. Afinal, **demonstrar-se-á que Vossa Excelência foi induzida em erro pela distorcida e omissa narração produzida pela Suscitante**, o que permitirá a revogação integral da decisão liminar já proferida nos autos, ou, pelo menos, a sua reforma parcial. Sendo assim, importa relatar o seguinte:

Considerada a maior sociedade indígena no Brasil, com uma população de mais de 20.000 índios, os Guarani se subdividem em três grupos: Kaiowá, Nandeva e Mbya. Vivem em áreas de extensão diminuta - **provavelmente as menores do país**, espalhadas desde o Espírito Santo até o Rio Grande do Sul, com parentes próximos em todo o Cone Sul americano, principalmente no Paraguai e Argentina. Cada um dos três subgrupos possui peculiaridades próprias, tendo como unidade fundamental o seu sistema religioso, que, ao longo dos anos, foi o centro da resistência deste povo ao contato com a sociedade envolvente. Os Guarani têm um conceito todo próprio de ocupação da terra, que é para eles um oferecimento divino a uma Comunidade determinada. Daí, portanto, o laço profundo que os une àquela terra específica, e a prática de perpetuar a interação entre as aldeias, tecendo uma rede de relações a partir dos pontos de ocupação exclusiva.

No passado, essa sociedade indígena possuía um extenso território. Todo o extremo-sul do Mato Grosso do Sul (MS) era tradicionalmente ocupado pelos Guarani/Kaiowá e Nandeva. O contato com estes grupos iniciou-se efetivamente a partir das duas últimas décadas do século XIX, quando as suas terras foram objeto da implantação de projetos extrativistas para a exploração da erva-mate. Durante anos, nada se fez para proteger as terras desses índios, o que deu margem à ocupação daquela região por posseiros não-índios, gerando um acúmulo de problemas e conflitos fundiários até hoje não resolvidos.

No processo de ocupação de seu território pelos não-índios, os Guarani/Kaiowá e Nandeva foram sendo impedidos de ocupá-lo dentro do seu costume tradicional. Isto porque, **essa região foi alvo intenso da política de aldeamentos implantada pelo antigo Serviço de**





NÚCLEO DE DIREITOS INDÍGENAS

**Proteção ao Índio** (órgão governamental que antecedeu a FUNAI), a qual consistia em concentrar em uma única reserva todos os núcleos de Guarani existentes na área circunvizinha, liberando assim as terras restantes para a exploração agropecuária. Apesar das constantes remoções forçadas, os Guarani sempre retornavam às suas terras de origem, tendo, porém, a partir daí, que se sujeitar a disputá-las, ou até mesmo conviver com ocupantes ilegais.

Foi somente na década de 80 que a FUNAI concebeu a necessidade de identificar e delimitar as terras tradicionais Guarani/Kaiowá e Nandeva no MS, nessa época, portanto, já retalhadas e invadidas por posseiros, os quais não hesitavam em adentrá-las ainda mais, mesmo após formalmente identificadas. Os processos de identificação da FUNAI, no entanto, se arrastaram durante anos e só a partir de setembro de 1991, medidas efetivas de reconhecimento começaram a ter lugar.

A situação de fato dos Guarani no MS, sua busca sem sucesso pela reocupação exclusiva das terras tradicionalmente ocupadas, não raro já bastante depredadas pelos invasores que se negam a reconhecer-lhes inclusive a existência e a permitir que exerçam os direitos garantidos aos índios no país, ocasionou a **proliferação de suicídios entre os membros desse povo** - fato largamente noticiado pela imprensa nos últimos anos. Em 1991, ocorreram, pelo menos, 20 suicídios e 31 tentativas de suicídio por enforcamento e envenenamento nas aldeias Guarani no MS, vários, inclusive, referentes à Comunidade de Sete Cerros, segundo dados oficiais da própria FUNAI. São jovens índios, que humilhados e desestimulados em razão da ausência de terras para viverem de acordo com seus usos, costumes e tradições, a falta de decisão governamental em demarcar e desobstruir definitivamente essas terras, além do processo gradativo de aculturação e desagregação cultural para o qual não vislumbram alternativas, optam por atos extremos, revelando o trágico destino imposto à dignidade do maior povo indígena do Brasil.

As referências concretas sobre a **ÁREA INDÍGENA DE SETE CERROS** (objeto das disputas que originaram o presente Conflito de Competência) surgem a partir de 1987, quando a mesma foi identificada pela FUNAI (Doc. 3). Estima-se que a população dessa área era de 2.000 índios até fins dos anos 70, quando estes começaram a ser perseguidos, expulsos e mortos pelos não-índios que invadiram a região. Em 1991, a FUNAI constituiu um Grupo Técnico para atualizar os dados referentes às áreas Guarani/Kaiowá e Nandeva no MS,





NÚCLEO DE DIREITOS INDÍGENAS

dentre elas a de Sete Cerros, cujo processo de demarcação estivera paralisado até então. O Grupo reafirmou integralmente os limites da área identificados em 1987 (Doc. 4), que foram, a seguir, aprovados pela Resolução nº 20 da Comissão Especial de Análise da FUNAI de 20/09/91 (Doc. 5), a qual se baseou no parecer do antropólogo Alceu Cotia (Doc. 6).

A Área Indígena de Sete Cerros foi finalmente declarada como de posse permanente da Comunidade Guarani/Kaiowá e Nandeva pela Portaria do Ministro da Justiça nº 602, de 26 de novembro de 1991 (Doc. 7). Esta Portaria reconheceu à Comunidade de Sete Cerros suas terras tradicionais, com uma superfície aproximada de 9.003 hectares, no município de Coronel Sapucaia, MS, determinando fosse a mesma demarcada e que dela se retirassem quaisquer pessoas ou grupos de não-índios.

## II - A VERDADE SOBRE OS FATOS POSTOS EM JUÍZO

Em 28 de maio de 1992, após a publicação da mencionada Portaria nº 602 - e somente em razão dela, como apontado em sua petição pela Sattin Agropecuária, Suscitante desse Conflito de Competência, a mesma propos à Justiça Federal no Mato Grosso do Sul, Medida Cautelar Inominada contra a FUNAI e a União Federal com o objetivo de suspender liminarmente os efeitos daquela Portaria e manter-se na posse da referida área. Note-se que a Comunidade Indígena não é parte nessa Ação, razão pela qual sequer tomou conhecimento de sua propositura, já que a Suscitante teima em não reconhecer-lhe a existência, ignorando por completo o próprio dispositivo constitucional do Art. 232.

Enquanto isso, a Área de Sete Cerros, a despeito da Portaria ministerial de demarcação, continuava completamente invadida por fazendeiros, prepostos e outros estranhos à Comunidade Indígena, os quais insistiam em impedir, de forma ilegal e violenta, a ocupação e permanência dos índios em suas próprias terras, ameaçando-os e constrangendo-os a não ficarem no território. Diante da situação em que se encontravam e da inércia e omissão do órgão indigenista e da União Federal, a Comunidade Indígena de Sete Cerros requereu à Justiça Federal no Distrito Federal, em 09 de julho de 1992, a concessão de Medida Cautelar com o fim de: a) que fosse determinado à FUNAI





NÚCLEO DE DIREITOS INDÍGENAS

promover a retirada imediata de todos os invasores da Área Indígena de Sete Cerros; b) que fosse determinado à Polícia Federal prestar total assistência à FUNAI na execução da retirada, bem como que o Ministro da Justiça fornecesse os recursos materiais necessários à implementação dessa tarefa; e c) que fosse fixada multa por dia de atraso no cumprimento de tais medidas (Doc. 8).

Nesta Ação, as Rés foram validamente citadas em 20 e 21 de julho de 1992 (Doc. 9). O Ministério Público Federal manifestou-se em 04/09/92 (Doc. 10). Em 17 de setembro de 1992, o Juízo da 3ª Vara Federal sentenciou, acatando integralmente o pedido da Comunidade Indígena. A justa e irreparável decisão tomou por base os documentos trazidos aos autos com a peça inicial, bem como o fato de que tanto a União Federal quanto a FUNAI reconheceram a legalidade da Portaria ministerial que delimitara e interditara a Área de Sete Cerros, confessando estar sendo esta descumprida e ser urgente a necessidade de proceder-se à retirada dos invasores daquela Área Indígena (Doc. 11).

Proferida a sentença em favor da Comunidade Indígena e iniciados os preparativos da operação de retirada dos ocupantes ilegais de suas terras, a Juíza titular da 2ª Vara Federal em Campo Grande resolve acatar o pedido liminar da Sattin Agropecuária, nos autos da Cautelar proposta pela empresa perante aquela Seção Judiciária - isso somente aos 20 de setembro de 1992. Por meio desta decisão interlocutória, além de determinar à FUNAI a suspensão do processo de demarcação da Área Indígena de Sete Cerros e de conceder à empresa a sua manutenção na posse da mesma, mandou então que fosse promovida a citação das Rés (Doc. 12).

Diante desse fato, o representante do Ministério Público Federal no Mato Grosso do Sul comunica àquela Juíza a sentença já prolatada nos autos da Cautelar em trâmite perante a Justiça Federal no Distrito Federal, requerendo a suspensão da execução da liminar por ela concedida (Doc. 13). Além disso, recorre dessa decisão ao Tribunal Federal Regional da 3ª Região, que, também por meio de liminar, decide cassá-la parcialmente, garantindo a continuidade do processo de demarcação (Doc. 14).

Aos 17 de novembro do mesmo ano, a Comunidade Indígena de Sete Cerros ajuíza perante a 3ª Vara Federal no Distrito Federal a Ação Ordinária nº 92.0015364-0 (ação principal correspondente à Medida Cautelar de sua autoria - Doc. 15). Com a instalação de novas Varas





NÚCLEO DE DIREITOS INDÍGENAS

Federais no Distrito Federal, aquele processo foi redistribuído à 12ª Vara. Nesta Ação, além da União Federal e da FUNAI, a Comunidade Indígena requereu a citação editalícia de todos os demais possíveis interessados. Decorrido o prazo, no entanto, a Sattin Agropecuária não apareceu para contestar o pedido.

Enquanto tramitava regularmente o feito no Distrito Federal, a Juíza titular da 2ª Vara Federal em Campo Grande resolve declarar-se competente para julgar o caso. Assim, oficia ao Juiz Federal da 3ª Vara no Distrito Federal para que lhes fossem remetidos os autos da Medida Cautelar movida pela Comunidade Indígena. Referido ofício é recebido em 17/12/92 pela Secretaria da Vara em Brasília (Doc. 16). Estando já aqueles autos no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em face de remessa *ex officio*, o Juiz titular da 12ª Vara limita-se a informar-lhe tal fato em 18/02/93 (Doc. 17).

Aos 12 de maio do corrente, a 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região nega provimento à Remessa *ex officio* nº 92.0129381-0/DF, tendo o relator, por voto exemplar acatado unanimemente pelos demais integrantes, reafirmado a sentença proferida em favor da Comunidade Indígena de Sete Cerros (Doc. 18). Note-se que a Sattin Agropecuária tentou de todas as formas adiar a realização desse julgamento, tendo sido o seu requerimento indeferido.

Dáí que a Agropecuária resolve suscitar o presente Conflito de Competência, pleiteando a declaração de incompetência absoluta da Justiça Federal no Distrito Federal para julgamento da questão, bem como a anulação dos atos decisórios já proferidos em favor da Comunidade Indígena. Vossa Excelência decidiu, então, suspender liminarmente o processamento de todas as ações envolvidas, designando o Juízo da 2ª Vara Federal no Mato Grosso do Sul para resolver eventuais medidas urgentes.

### III - INEXISTÊNCIA DE COMPETÊNCIA ABSOLUTA

Escuda-se a Suscitante do presente Conflito no argumento de que são as Ações aqui envolvidas de competência absoluta da Justiça Federal no Mato Grosso do Sul. Para tanto, pretende fazer crer que se tratam de ações



NÚCLEO DE DIREITOS INDÍGENAS

reais, às quais, na forma do Art. 95, primeira parte, do Código de Processo Civil, aplica-se a regra do foro da situação da coisa (*forum rei sitae*).

Em primeiro lugar, porém, há que se convir que nem as Ações movidas pela Comunidade Indígena, ora Peticionária, sequer aquelas movidas pela Sattin Agropecuária, Suscitante, podem ser consideradas ações reais. Breve análise sobre as mesmas permitirá aclarar de pronto a questão:

As Ações movidas pela Comunidade Indígena perante a Justiça Federal no Distrito Federal têm por objeto um direito obrigacional, decorrente da imposição constitucional à União quanto a demarcar e proteger as terras indígenas no país (Art. 231, *caput*). A partir da declaração contida no ato administrativo de demarcação - a Portaria ministerial nº 602, que reconhece sim a posse dos índios e, conseqüentemente, o domínio da União sobre a Área Indígena de Sete Cerros, a Comunidade demanda em Juízo o cumprimento de obrigações impostas ao Estado acerca daquela terra. Não há, portanto, qualquer discussão sobre direito real, não se tratando, pois, de ações reais.

Tampouco têm caráter real as Ações movidas pela Suscitante perante a Seção Judiciária do Mato Grosso do Sul. Nelas, está em jogo o ato administrativo de demarcação e não, a posse ou a propriedade da terra. Na realidade, o direito de propriedade é ali usado como mero pressuposto (causa remota) para que se discuta a desconstituição daquele ato administrativo, providência jurisdicional pretendida. Se o que se discute é a natureza jurídica da área em questão (para fins de suspender os efeitos de referido ato), e não, a quem ela pertença ou quem de fato a possua, não há também porque se falar em ações reais, sendo pouco relevante a circunstância da menção ao direito de propriedade.

Não sendo essas ações reais, não há razão para se cogitar de competência absoluta em razão da situação do imóvel, nos termos previstos na primeira parte do citado Art. 95. Mesmo porque, ainda que se admitisse serem elas ações fundadas em direito real, estariam certamente incluídas dentre aquelas previstas na parte final do mesmo artigo, que estabelece hipótese de competência relativa, como ensina o ilustre jurista CELSO AGRÍCOLA BARBI:





NÚCLEO DE DIREITOS INDÍGENAS

"Em síntese, nas ações fundadas em direito real sobre imóveis, o sistema do Código é o seguinte: a) quando o litígio recair sobre direito de propriedade, vizinhança, servidão, posse, divisão e demarcação de terras e nunciação de obra nova, o foro é o da situação do imóvel, e a competência de natureza *funcional*, não podendo ser modificada por acordo, tácito ou expresso, entre as partes; b) quando o litígio não estiver incluído na categoria anterior, o foro competente é o da situação do imóvel, mas a competência é territorial, relativa, podendo ser modificada por acordo, expresso ou tácito, entre as partes; e o autor, salvo caso de convenção em contrário, pode optar pelo foro do domicílio do réu." (in "Comentários ao Código de Processo Civil", Vol. I, 3ª edição, Forense, 1983, pág. 427) - (grifos nossos)

Ora, se o que se discute nas Ações envolvidas neste Conflito são obrigações da União Federal e da FUNAI quanto à Área Indígena de Sete Cerros e o ato administrativo que a demarcou, o interesse que se quer tutelar, em ambos os casos, busca fundamento em direito pessoal, obrigacional, e não, em direito real - ainda que tenha como pressuposto remoto domínio ou posse. Por isso mesmo, é caso em que se permite a opção do autor quanto ao foro, sendo, pois, **relativa** a competência.

A este respeito, cabe por fim lembrar que a incompetência relativa deve ser arguída por meio de **exceção** (Art. 112 do CPC). Tal via poderia ter sido utilizada pela Suscitante nas Ações em trâmite perante a Seção Judiciária do Distrito Federal, mas não o foi.

#### IV - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL

Tratando-se, pois, de hipótese de competência de foro relativa, cabendo a escolha ao autor da ação, a Comunidade Indígena de Sete Cerros optou por demandar a União Federal e a FUNAI junto à Seção Judiciária do Distrito Federal. E o fez pelos seguintes motivos:





NÚCLEO DE DIREITOS INDÍGENAS

A Constituição Federal assegura expressamente ao autor que propõe ação contra a União Federal, a escolha da Seção Judiciária da Justiça Federal onde pretende ajuizá-la. Dispõe a Carta Magna:

"Artigo 109 - Aos Juizes Federais compete processar e julgar:

I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidente de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;

§2º - As causas intentadas contra a União poderão ser aforadas na seção judiciária em que for domiciliado o autor, naquele onde houver ocorrido o ato ou fato que deu origem à demanda ou onde esteja situada a coisa, ou, ainda no Distrito Federal." (grifos nossos)

Sendo assim, a escolha feita pela Comunidade Indígena de Sete Cerros referente à Seção Judiciária do Distrito Federal está abrigada pelo disposto no §2º do artigo 109 da Constituição acima transcrito. Tal entendimento encontra sólido apoio na doutrina, como se depreende dos ensinamentos ministrados pelo insigne processualista FREDERICO MARQUES, que assim se manifesta:

"Quando a União aparecer como ré, o foro competente pode localizar-se, facultativamente, à escolha do autor: a) na Capital do Estado ou Território em que tiver domicílio o autor; b) na Capital do Estado onde houver ocorrido o fato que deu origem à demanda; c) na Capital do Estado onde se situar a coisa; d) no Distrito Federal." (in "Manual de Direito Processual Civil", Vol. I, 3ª edição, Saraiva, pág. 203) - (grifos nossos)

Ademais, na Ação Cível Originária nº 410-PA (RTJ 131/1051), de indenização por desapropriação indireta, promovida contra a União Federal, o Supremo Tribunal Federal julgou-se incompetente para apreciar a



NÚCLEO DE DIREITOS INDÍGENAS

causa, e determinou "... a remessa dos autos à Justiça Federal de 1º grau da Seção Judiciária do Distrito Federal, que será a competente para seu processo e julgamento, ressalvada aos autores a possibilidade de optarem pela Seção Judiciária da Justiça Federal do lugar da situação dos imóveis" (grifamos). Portanto, nos processos contra a União Federal, a escolha entre o foro do local do imóvel e o foro do Distrito Federal é opção a cargo do autor.

Outrossim, a FUNAI tem sede na capital da República, sendo, portanto, a Justiça Federal no Distrito Federal competente para processar e julgar as causas propostas contra aquela entidade autárquica (Art. 100, IV, do CPC). Veja-se ainda que, quando há dois ou mais réus, mesmo que com diferentes domicílios, poderão ser demandados no foro de qualquer deles, à escolha do autor (Art. 94, §4º, do mesmo diploma legal). Essa, inclusive, a posição pacífica e reiterada desse colendo Tribunal:

"Competência - Dois ou mais réus  
Na pluralidade de réus o autor poderá ajuizar a ação no domicílio de um deles - Aplicação do Código de Processo Civil, art. 94, §4º, Conflito conhecido para decidir pela competência do Juízo Federal da 2ª Vara - MG" (STJ, nº 0001292, Relator: Ministro Garcia Vieira, publicado no DJ de 24-09-90, pág. 09963) - (grifos nossos)

"Conflito de Competência - Art. 94, §4º, do CPC  
Em havendo dois ou mais réus, com diferentes domicílios, serão demandados no foro de qualquer deles, à escolha do autor." (STJ, nº 0001331/RJ, Relator: Ministro Vicente Cernicchiaro, publicado no DJ de 01-10-90, pág. 10428) - (grifos nossos)

Diante do exposto, conclui-se pela plena competência do Juízo Federal das 3ª e 12ª Varas no Distrito Federal, e conseqüentemente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, para processarem e julgarem a Medida Cautelar e a Ação Ordinária propostas pela Comunidade Indígena de Sete Cerros contra a FUNAI e a União Federal.





NÚCLEO DE DIREITOS INDÍGENAS

#### V - PREVENÇÃO DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Além de competente para processar e julgar as Ações propostas, a Justiça Federal no Distrito Federal está preventa para analisar toda a questão. Isto porque, no dizer do Ministro ATHOS GUSMÃO CARNEIRO:

*"O principal critério de prevenção é a citação válida (CPC, art. 219): o juízo onde ocorreu a primeira citação válida torna-se o competente para julgar aquela causa, e também as demais causas eventualmente conexas." (in "Jurisdição e Competência", 4ª edição, 1991, Saraiva, pág. 64) - (grifos nos original)*

Antes da prevenção, porém, dever-se-ia indagar se, no caso em tela, estamos tratando de hipótese de conexão. Têm entendido os Tribunais brasileiros, incluindo-se especificamente essa colenda Casa, que deixa de haver conexão quando uma das causas já tiver sido julgada:

"PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO POSSESSÓRIA. CONEXÃO  
Não há conexão, que poderia determinar a reunião  
dos processos, se um deles já se acha julgado, sem  
relevo a circunstância de haver apelação, posto  
que a conexão somente ocorre na mesma instância.  
Destaca-se a facultatividade da reunião de  
processos conexos."

(Conflito de Competência nº 3.075-3 - BA - RG. 92118178; Rel.: Ministro Dias Trindade; Suscte: Juízo Federal da 2ª Vara-BA; Suscdo: Juízo de Direito da 14ª V. Cível de Salvador - BA; Julgado em 12/08/92) - (grifos nossos)

Sendo assim, em princípio o presente Conflito de Competência não teria razão de ser, posto que na Ação Cautelar proposta pela Comunidade Indígena de Sete Cerros já foi proferida sentença, tendo sido esta inclusive confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, como mencionado anteriormente. Entretanto, tendo em vista ser facultativa a reunião dos processos e atentando para o



NÚCLEO DE DIREITOS INDÍGENAS

princípio da economia processual, entende a Peticionária ser conveniente que as Ações aqui envolvidas sejam reunidas a fim de evitar decisões eventualmente contraditórias.

Ocorre que a reunião de processos conexos implica prorrogação da competência do juízo preventivo, ampliando-se a sua competência para processar e julgar todas as demais ações. A fixação da competência pela prevenção passa então a ser fundamental:

"Se as causas, com obediência às regras gerais de competência, foram propostas em diferentes comarcas, e são conexas, o critério da prevenção (CPC, art. 219) determinará o *foro* competente..."  
(ATHOS GUSMÃO CARNEIRO, *idem*, pág. 107, nota 106)  
- (grifos no original)

Como já se sabe, o Juiz Federal da 3ª Vara Federal foi o primeiro a efetuar a citação válida das Rés, em 20 e 21 de julho de 1992, enquanto que na Ação Cautelar em curso perante a 2ª Vara Federal no Mato Grosso do Sul, a citação só ocorreu em 20/09/92. Conforme o Art. 219 do Código de Processo Civil, a prevenção decorre da citação válida, princípio este já consagrado pela doutrina e pela jurisprudência.

A Suscitante do presente Conflito, porém, advoga em seu favor o entendimento equivocado da douta Juíza titular da 2ª Vara Federal no Mato Grosso do Sul, que afirma estar preventiva por ter despachado antes nos autos, na forma do Art. 106 do Código de Processo Civil. Ora, a doutrina e a jurisprudência já há muito esclareceram esta contradição. Mais uma vez, acerquemo-nos dos comentários de CELSO AGRÍCOLA BARBI:

"A expressão despachar em primeiro lugar deve ser entendida como significando o despacho que ordenou a citação. Um simples despacho mandando distribuir a inicial, ou mandando modificá-la, ou instruí-la com documentos, ou com prova de pagamento de taxa judiciária, não pode ser considerado despacho para os efeitos do artigo.





NÚCLEO DE DIREITOS INDÍGENAS

Só o que manda citar, porque este já tem em si uma manifestação positiva de regularidade inicial da demanda." (idem, pág. 469) - (grifos nossos)

Da mesma forma, os Tribunais têm entendido que "quando o art. 106 se refere a despacho, não quer significar qualquer despacho, mas o que ordena a citação, como vem prescrito no art. 219 (RJTJESP 110/408)" (*in* THEOTÔNIO NEGRÃO, "CPC e legislação processual em vigor", 19ª edição, RT, 1989, nota 106:1). Veja-se ainda:

"O critério de prevenção pelo primeiro despacho deve ser aplicado tão só aos casos onde ainda não houve a citação. Caso contrário, dá-se a prevenção ao Juízo em que ocorreu citação válida em primeiro lugar."

TJSP - 6ª C. - CC 282.236 - Rel. Macedo Costa - J. em 25/6/79 - V.u. (*in* ARRUDA ALVIM E OUTROS, "Competência - Repertório de Jurisprudência e Doutrina", RT, SP, 1986, pág. 357) - (grifos nossos)

No mesmo sentido tem entendido esse colendo Tribunal:

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. PRECATÓRIA. ARGÜIÇÃO DE INCOMPETÊNCIA. APRECIACÃO PELO JUÍZO DEPRECANTE. CONEXÃO. PREVENÇÃO. PRORROGAÇÃO. INCIDÊNCIA DO ART. 219, CPC. ORIENTAÇÃO DOUTRINÁRIO-JURISPRUDENCIAL.

I - Sendo vedado ao juízo deprecado recusar cumprimento à precatória ao entendimento de que competente seria um terceiro juízo, competente para a apreciação da argüição de incompetência relativa é o juízo deprecante.

II - A norma do art. 100, CPC, se subordina às regras da prevenção, com prorrogação da competência em ocorrendo a conexão.

III - Em se tratando de ações conexas, tramitando perante juízes de diferentes competências territoriais, prevalece a regra do art. 219 CPC, que constitui a regra, sobre a do art. 106 do



NÚCLEO DE DIREITOS INDÍGENAS

mesmo diploma processual." (Conflito de Competência nº 1.395 - SP - 90.0007246-8 - Rel.: Min. Sálvio de Figueiredo - Suscte: América do Sul S/A Arrendamento Mercantil - Suscdo: Juízo da 8ª V.Cível de São Luís-MA e Juízo da 19ª V.Cível de São Paulo-SP). - (grifos nossos)

Se, portanto, as causas conexas corressem em juízos diferentes, mas na mesma seção judiciária, considerar-se-ia preventivo o Juiz que despachou em primeiro lugar. Não sendo assim, como não o é no caso em tela, o critério de prevenção é o da data da citação válida - o art. 106 é mera norma de exceção, prevalecendo aquela do art. 219, que é geral.

Vossa Excelência, entretanto, na decisão liminar proferida no presente Conflito, entendeu "que o Juiz Federal da *Seção Matogrossense* foi quem, por primeiro, decidiu, em tese, ficando escudado pela prevenção (art. 219, CPC)". Para tanto, porém, **foi provavelmente induzido a erro pela própria Suscitante**, que em não mencionando devidamente as respectivas datas, conseguiu fazer crer que a citação e a decisão interlocutória emitida pela 2ª Vara em Campo Grande seriam anteriores à citação e à sentença proferida pela 3ª Vara no Distrito Federal.

Sendo assim, esclarecidos os fatos e o direito, certo é que o Juiz Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal ordenou a citação, decidindo em tese e de fato em primeiro lugar, a partir do que deu-se a prorrogação de sua competência pela prevenção, sendo, por isso mesmo, o competente para processar e julgar todas as demais Ações.

#### VI - NULIDADE DAS DECISÕES EMITIDAS PELA JUSTIÇA FEDERAL NO MATO GROSSO DO SUL E DA AFRONTA AO TEXTO CONSTITUCIONAL

Além do fato de estar preventivo o Juiz Federal no Distrito Federal, torna-se necessário salientar que a Juíza da 2ª Vara Federal em Campo Grande está conhecendo de ações judiciais, cujos objetos vão de encontro





NÚCLEO DE DIREITOS INDÍGENAS

ao ordenamento jurídico brasileiro. Isto porque, a Portaria ministerial que declarou a Área Indígena de posse permanente da Comunidade de Sete Cerros constitui documento hábil de reconhecimento da posse indígena por parte do Estado, impedindo por si só a concessão de interdito possessório, na forma do §2º do Art. 19 da Lei 6.001/73, que dispõe expressamente:

"Contra a demarcação processada nos termos deste artigo não caberá a concessão de interdito possessório, facultado aos interessados contra ela recorrer à ação petitória ou à demarcatória."  
(grifos nossos)

Como se vê, entendeu o legislador que o ato de reconhecimento da posse indígena se sobrepõe a qualquer outro, indicando que contra este não cabem discussões nos limites das ações possessórias, admitidas tão somente aquelas que se refiram ao pretense direito de propriedade do interessado. Isto decorre de dispositivo constitucional, ora consubstanciado no §6º do Art. 231 da Carta Magna, que estabelece a nulidade e a extinção dos efeitos jurídicos de qualquer ato que tenha por objeto a posse das terras ocupadas pelos índios.

Neste sentido tem sido, também, o entendimento dos Tribunais, como se pode observar da interpretação dada pelo então Tribunal Federal de Recursos, posteriormente mantida pelo Supremo Tribunal Federal, respectivamente através dos votos dos Ministros WILLIAM PATTERSON E MOREIRA ALVES:

..." O interdito proposto teria vida efêmera ante as disposições do art. 19, parágrafo segundo, da Lei nº 6001, de 19 de dezembro de 1973. Por força da regra inserida no citado édito, que reputamos constitucional, *ex vi* do art. 4º, inciso IV e 198, da Carta Maior, contra a demarcação promovida pela FUNAI não cabe interdito possessório mas tão somente, conforme o caso, ação petitória ou demarcatória.

A intenção do legislador aqui foi exatamente impossibilitar medidas judiciais, de caráter



NÚCLEO DE DIREITOS INDÍGENAS

urgente, capazes de obstacular a ação administrativa do Estado na execução dos serviços de demarcação sob a forma estabelecida em decreto do Poder Executivo. Quis com isso dizer aquele que o ato de demarcar-se áreas consideradas terras indígenas ou as destinadas "à posse e ocupação pelos índios..." não constitui ato turbativo de posse, embora se faculte ao proprietário o uso das ações petitórias ou demarcatórias, após concluída a demarcação administrativa, como forma de proteção ao seu direito de propriedade." (R.T.J. 107/805) - (grifos nossos)

Ao pretenso interessado em terras declaradas como de posse permanente indígena cabe, por força de lei, perseguir o seu direito por qualquer via que não a possessória, sob pena de ser este declarado carecedor do direito de ação em face da impossibilidade jurídica do pedido, dando causa à extinção do processo nos moldes do Art. 267, VI do CPC.

De fato, se a obrigação de demarcar as terras indígenas advém da lei, a concessão de interdito possessório obstará o cumprimento de um dever legal. Outra tem que ser, portanto, a via processual utilizada pelo interessado para pleitear o que achar de direito. Acrescente-se a isso o que a Jurisprudência tem fartamente entendido:

" CONSTITUCIONAL, CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. TERRAS INDÍGENAS. POSSE. INTERDITO PROIBITÓRIO. CERCEAMENTO DE DEFESA.

- Inocorre cerceamento de defesa quando as questões de fato agitadas no processo se encontram provadas por via documental, autorizando o julgamento antecipado da lide.

- É impossível a constituição do direito de posse por particular sobre gleba ocupada por comunidade indígena desde tempos imemoriais.

- Reconhecida em outra ação judicial que a área em que pretendem ter posse os autores integra reserva indígena, constatada em procedimento





NÚCLEO DE DIREITOS INDÍGENAS

administrativo regular, nega-se a proteção possessória.

- Apelação desprovida.

(ac. unân. da 3ª Turma do TRF 1ª Região, de 20/06/90, na Ap.Cív. 89.01.221411-PA, rel. Juiz Vicente Leal, Aplte. Valdemar Hanneman e outros, Apldo. FUNAI e União Federal) - (grifos nossos)

Ora, se as Ações trazidas à apreciação do Juízo Federal da 2ª Vara em Campo Grande pela Sattin Agropecuária, foram propostas com o objetivo de suspender os efeitos da Portaria ministerial de demarcação da Área Indígena de Sete Cerros, mantendo a empresa na posse de referida área, ainda que não sejam ações possessórias, aquela pretensão fere frontalmente os dispositivos legais acima mencionados, contrariando também o mais moderno entendimento da doutrina e de nossos Tribunais. Da impossibilidade jurídica do pedido decorre imediatamente a ilegalidade e nulidade das decisões já proferidas naqueles processos, por afronta e desprezo ao texto constitucional e demais diplomas legais pertinentes.

#### VII - O INTERESSE DA PETICIONÁRIA NO DESLINDE DO CONFLITO

O presente Conflito de Competência, suscitado pela Sattin S/A - Agropecuária e Imóveis, tem o objetivo de ver declarada a incompetência da Seção Judiciária da Justiça Federal no Distrito Federal e do Tribunal Regional Federal da 1ª Região para processar e julgar a Medida Cautelar e a Ação Ordinária propostas perante as 3ª e 12ª Varas Federais dessa Seção, bem como anular os atos decisórios já nelas praticados.

A Comunidade Indígena de Sete Cerros é Autora de ambas as Ações Judiciais mencionadas. Nesta qualidade, é beneficiária da sentença proferida nos autos da Medida Cautelar nº 920009477-5, por sua vez confirmada em 2ª instância pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que em 12/05/93 negou provimento à Remessa *ex officio* nº 920129381-0/DF. Referida sentença determina às Rés FUNAI e União Federal a desobstrução imediata da "Área Indígena de



NÚCLEO DE DIREITOS INDÍGENAS

Sete Cerros", território tradicional da Comunidade Autora, a fim de que esta possa ocupá-la e dela usufruir com exclusividade nos moldes do Art. 231 da Constituição Federal.

Assim sendo, a Comunidade de Sete Cerros foi direta e juridicamente afetada pela decisão liminar proferida por Vossa Excelência nos autos do presente Conflito de Competência, a qual suspendeu o trâmite de todas as Ações aqui envolvidas, estando inclusive impedida de promover a execução daquela sentença - exigindo o respeito aos direitos a ela reconhecidos pela própria Constituição Federal - tudo em virtude de tal sobrestamento. Da mesma forma, é certo que estará sendo também afetada pela decisão que porventura venha a ser proferida ao final desse Conflito, seja ela qual for.

Por isso mesmo, não pode pairar dúvida sobre o direito que possui de manifestar-se nestes autos, posto que de fato **competência, ao ser fixada, interessa também às partes e não apenas ao Judiciário.** Não se trata de matéria *interna corporis* (RT 578/94), até porque há direito a manifestar recurso extraordinário contra decisão proferida em conflito de competência (RTJ 81/620).

Enquanto Autora das Ações em questão e beneficiária de decisões já proferidas, interessa à Comunidade o direito em discussão, que não poderá ser decidido sem a sua participação, o que, no dizer de CELSO AGRÍCOLA BARBI, é razão suficiente para a existência do litisconsórcio necessário (*idem*, pág. 271).

Ainda que Vossa Excelência discorde desse entendimento, é evidente que a Comunidade Indígena de Sete Cerros é legítima interessada na questão, a quem está assegurado o direito de manifestar-se nos autos, de acordo com os princípios do contraditório e da ampla defesa consagrados pela Constituição Federal.

#### VIII - REQUERIMENTO FINAL

Frete ao exposto e ponderado, requer a  
COMUNIDADE INDÍGENA DE SETE CERROS:

SCS, Q. 06, BL. A, Ed. José Severo sala 303 Cep 70300 Brasília DF  
telefone (061) 226-3360 fax (61) 224-0261





NÚCLEO DE DIREITOS INDÍGENAS

1. O recebimento e juntada desta petição aos autos do presente Conflito de Competência, bem como a admissão da Peticionária no feito, na qualidade de litisconsorte necessária do Juízo Suscitado da Seção Judiciária do Distrito Federal ou, se assim não entender Vossa Excelência, a sua manutenção como legítima interessada no deslinde da questão;

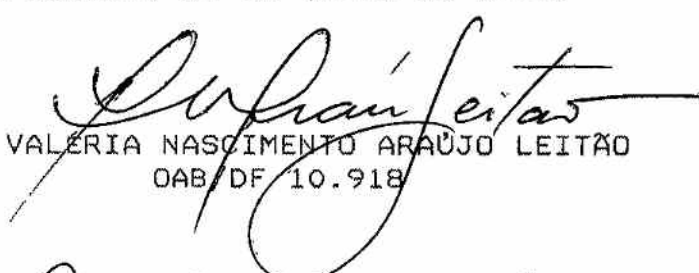
2. Diante dos fatos ora elucidados, a revogação integral do despacho liminar exarado em 27 de maio de 1993 por Vossa Excelência, ou, então, a sua reforma parcial para designar o Juiz Federal da 12ª Vara no Distrito Federal como o competente para resolver todas as questões urgentes até o julgamento final desse Conflito;


e finalmente,

3. Que seja o presente Conflito JULGADO INTEGRALMENTE IMPROCEDENTE, designando-se a Seção Judiciária no Distrito Federal como competente para processar e julgar todas as Ações aqui envolvidas, sendo também declarada a nulidade das decisões até o momento proferidas pela Justiça Federal em Campo Grande, bem como aquelas porventura emitidas pelo Tribunal Regional da 3ª Região.

Termos em que,  
Pede Deferimento.

Brasília, 30 de junho de 1993.

  
ANA VALERIA NASCIMENTO ARAÚJO LEITÃO  
OAB/DF 10.918

  
RAIMUNDO SÉRGIO BARROS LEITÃO  
OAB/DF 10.841

  
JULIANA FERRAZ DA ROCHA SANTILLI  
OAB/DF 10.123

SCS, Q. 06, BL. A, Ed. José Severo sala 303 Cep 70300 Brasília DF  
telefone (061) 226-3360 fax (61) 224-0261